

Relatório de atividade do CNES – 2020
(Alínea h) do nº 2 da RCM nº 55/2010; de 4 de agosto)

Composição

No ano de 2020 o CNES teve a seguinte composição:

ENTIDADE	REPRESENTANTE
ANAFRE	Dr. Jorge Veloso – Presidente do Conselho Diretivo da ANAFRE
ANIMAR	D. Marco Domingues – Presidente da Direção da ANIMAR
ANMP	Dr.ª Carla Maria Nunes Tavares – Presidente da C.M. Amadora
CNIS	Pe. Lino Maia – Presidente da Direção
CONFAGRI	Eng.º Francisco Silva – Presidente da Direção CONFAGRI
CONFECOOP	Dr. Rogério Cação – Presidente da Direção CONFECOOP
CPCCRD	Dr. Augusto Flor – Presidente da Direção da CPCCRD
CPF	Dr. Carlos Andrade – Vogal da Direção CPF
UMP – Misericórdias	Dr. Manuel de Lemos – Presidente do Secretariado Nacional
UMP - Mutualidades	Dr. Luís Alberto Silva – Presidente do Cons. Adm. UMP
Governo Regional dos Açores	Dr.ª Andreia Martins Cardoso da Costa – Secretária Regional da Solidariedade Social
Governo Regional da Madeira	Dr.ª Augusta Aguiar – Secretária Regional da Inclusão Social e Cidadania
Personalidade de reconhecido mérito e experiência no setor da ES	Dr. Tomás Correia
Personalidade de reconhecido mérito e experiência no setor da ES	Prof. Rui Namorado
Personalidade de reconhecido mérito e experiência no setor da ES	Eng.º Licínio Pina
Personalidade de reconhecido mérito e experiência no setor da ES	Dr.ª Filomena Bordalo
CASES – Secretário Executivo	Dr. Eduardo Graça – Presidente da CASES

Atividade

O ano de 2020 foi um ano fortemente marcado pela Pandemia de COVID-19, que teve efeitos em todo o Planeta, incidindo particular e diretamente nas áreas dos cuidados de saúde e cuidados a idosos. Foram assim afetadas de forma muito incisiva grande parte das entidades da economia social, que trabalham nesse âmbito, mas também todas as outras entidades da economia social, cuja atividade económica se viu amplamente travada.

O plenário do CNES realizou duas reuniões formais no decurso de 2020. Estava prevista igualmente uma reunião no dia 18 de dezembro, mas que, por motivos de agenda, não foi possível realizar. De todas as reuniões foi elaborada a respetiva Ata.

Reunião Plenária de 21 de fevereiro

Esta reunião, presidida pela Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dra. Ana Mendes Godinho, foi realizada no Salão Nobre do MTSSS e teve a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informações;
2. Apresentação de projetos de medidas públicas com incidência direta no setor da Economia Social;
3. Outros assuntos.

Destacam-se os seguintes pontos:

- Todos os presentes concordaram em manter o CNES como espaço especializado de diálogo e consulta dedicado à Economia Social.
- Propôs-se a revisão da Resolução do Conselho de Ministros relativa ao CNES para efeitos de inclusão da Confederação Portuguesa da Economia Social (CPES) no CNES e calendarização de quatro em quatro meses das reuniões plenárias, sem prejuízo de outras reuniões extraordinárias em função de matérias específicas.
- Em momentos estratégicos seria importante reforçar a visibilidade e o peso do setor, nomeadamente em textos institucionais e em áreas transversais.
- A Sra. Ministra pediu propostas concretas para simplificação de licenciamentos e simplificação de requisitos de equipamentos da Economia Social; relativamente às questões fiscais referidas pelo setor, solicitou o resultado dos trabalhos desenvolvidos pela CPES; solicitou ainda proposta para alteração cirúrgica na Lei da Contratação Pública, por forma a clarificá-la; e também propostas para simplificação da prestação de informação ao MTSSS, privilegiando-se o formato digital; e propostas para melhoria da Conta Satélite da Economia Social.
- A Sra. Ministra acolheu a proposta de realização de uma reunião do CNES com a participação conjunta do Ministro do Planeamento para ver a questão da Economia Social no quadro 2030, avaliando-se também de que forma poderá a Economia Social ser um instrumento que atua a nível da prevenção social.
- O Ministério ficou de apresentar proposta de criação de uma linha de financiamento específica, havendo a possibilidade de voltar a ativar a linha do fundo de reestruturação.
- A Sra. Ministra propôs que o CNES fosse incluído na construção do Programa Qualifica Social.
- Relativamente à linha + CO3SO Emprego, que estava a ser desenvolvida em conjunto com o Ministério da Coesão Territorial, disse a Sra. Ministra ser verdade a exclusão de alguns setores de atividade, mas que estariam a ser avaliadas alternativas que permitissem que esses setores não ficassem excluídos. Esta medida seria financiada pelos Programas Operacionais Regionais (POR), pelo que apenas teria abrangência continental, sugerindo-se que as Regiões Autónomas contactassem os seus POR para saber se é extensível ou replicável.
- Foi referido pela Sra. Ministra o programa de mobilidade geográfica, do IEFP, de financiamento direto a jovens trabalhadores, com formação pelo menos de nível 4, que queiram trabalhar no interior, para sua instalação e mobilidade, podendo ser

interessante para a Economia Social, na medida em que pode fixar a atrair jovens que queiram ir trabalhar para o interior na Economia Social.

- A Sra. Ministra sugeriu ainda que fosse dado assento no CNES a entidades, ou personalidades, da área da inovação social.

Reunião Plenária de 30 de junho

Esta reunião, igualmente presidida pela Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dra. Ana Mendes Godinho, foi realizada, tendo em conta o contexto pandémico, por meios telemáticos (através da Plataforma Microsoft Teams) tendo a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Apresentação de proposta de alteração da RCM nº 55/2010, de 4 de agosto, alterada pela RCM nº 103/2012, de 7 de setembro, que criou o CNES;
3. Análise da situação decorrente da pandemia COVID 19 no setor da economia social;
4. Outros assuntos.

Destacam-se os seguintes pontos:

- Reconhecimento por parte da Sra. Ministra do papel fundamental da Economia Social no combate à pandemia, com grande resposta no terreno, de proximidade, rápida, trabalhando muito intensamente e mobilizando meios – nomeadamente na proteção aos idosos, desempregados, crianças, sem-abrigo e lares.
- A Sra. Ministra anunciou a inclusão no Programa de Recuperação Económica e Social de duas medidas específicas para a Economia Social: uma linha de financiamento de 165 milhões de euros para entidades da Economia Social, para tesouraria, protocolada com bancos; e o apoio a equipamentos sociais e lares residenciais, incluindo simplificação de licenciamentos.
- Foi apresentada a proposta alteração do regulamento do CNES pelo Dr. Eduardo Graça, Secretário Executivo do CNES. As alterações propostas tinham um carácter atualizador, necessário, tendo em conta, nomeadamente, a publicação da Lei de Bases da Economia Social em 2013. Um dos pontos era a inclusão como membro do CNES da CPES, mantendo-se todas as restantes, e ficando em aberto a possibilidade de integrar outras entidades. Outra alteração era a supressão da Comissão Executiva do CNES, ficando assim a estrutura simplificada. A Sr.ª Ministra propôs ainda que as cinco personalidades de reconhecido mérito integrassem, também, personalidades da área da Inovação Social.
- Foi proposto pelo setor a existência de um Estatuto Fiscal para a Economia Social.
- Tendo em conta necessidade de formação dos Recursos Humanos do setor, foi dada garantia pela Sra. Ministra de que o programa Qualifica Social seria para todas as entidades de Economia Social, e destacado o programa +Co3so Social, que seria brevemente lançado.
- Foi debatida a importância de modelos tradicionais da Economia Social, nomeadamente Régies Cooperativas e cooperativas de habitação, tendo o Prof. Rui Namorado ficado de elaborar um Memorando sobre Régies Cooperativas.
- A Sra. Ministra referiu ainda o programa Ativar.pt, dedicado à contratação e formação em setores estratégicos, como a digitalização, as questões ambientais e a Economia Social.
- Foi assegurada pela Sra. Ministra a preocupação de transferência de verbas para as Regiões Autónomas.

- A Sra. Ministra disse que durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, no primeiro semestre de 2021 e coincidindo também com a Presidência Portuguesa do Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo, seria dada prioridade à realização de um evento sobre Economia Social, sendo uma das áreas abordadas a Economia Social enquanto instrumento de emprego e à qual o programa Ativar.pt daria resposta.
- A CASES ficou incumbida dos seguintes pontos: fazer circular o *draft* de alteração da RCM do CNES, dando-se o prazo de 15 dias úteis para contributos; recolher as propostas dos membros no sentido da simplificação de medidas e legislação que afetem o setor; criar um grupo de *Whatsapp* com o objetivo de partilhar medidas com impacto na Economia Social.
- A Sra. Ministra garantiu que a referência à Economia Social estaria presente nos instrumentos de apoio e recuperação desenhados pelo Governo.

A CASES executou as tarefas de que foi incumbida tendo desencadeado, de imediato, o processo referente à RCM do CNES do qual resultou uma proposta oportunamente enviada ao Gabinete da Senhora Ministra, assim como criou o grupo de *Whatsapp*. Foi também elaborado pelo Prof. Rui Namorado o Memorando sobre Cooperativas de Interesse Público cuja apresentação integrará a OT de uma próxima reunião Plenária do CNES.

Refira-se ainda a nomeação, pela Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, do Dr. Eduardo Graça, na qualidade de Presidente da Direção da CASES, como representante da Economia Social no Conselho Consultivo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A Dra. Maria de Lurdes Borges Pova Pomba Costa (CNIS) e a Dra. Mónica Sofia Marto Chalabardo (CONFECOOP) foram indicadas pelo CNES (deliberação a ratificar na próxima reunião plenária), em representação das organizações da economia social, como membros do júri para atribuição da Marca Entidade Empregadora Inclusiva no ano de 2021, prevista no Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade.

Lisboa, 20 de janeiro de 2021

O Secretário Executivo
Eduardo Graça